



ESCOLA PROFISSIONAL DA HORTA

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

(Definição)

A Escola Profissional da Horta, adiante sempre designada abreviadamente por E.P.H., é um estabelecimento de ensino de natureza privada, [de que é proprietária](#) a Associação E.P.H. - Escola Profissional da Horta.

A E.P.H. foi criada no âmbito e alcance do Decreto – Lei 4/98, de 8 de Janeiro, tendo sido adaptado à Região Autónoma dos Açores através do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro.

Artigo 2º

(Sede)

A E.P.H. tem as suas instalações no Palacete de Sant'Ana, Rua de Sant'Ana, Palacete de Sant'Ana, concelho da Horta [e é propriedade da SCMH](#).

A E.P.H. poderá dispor de pólos ou de núcleos quando tal se mostre necessário para a realização dos seus fins e depois de devidamente autorizado, por proposta da [Direção Geral e aprovada pela Assembleia Geral da Escola Profissional da Horta](#).

Artigo 3º

(Duração)

A Escola Profissional da Horta exerce funções por tempo indeterminado.

Artigo 4º

(Objetivos)

Objetivos e atribuições:

1. A E.P.H. tem como objetivos a promoção de atividades com vista ao ensino, cabendo-lhe ministrar a preparação adequada para o exercício de atividades profissionais qualificadas, devendo também contribuir para a melhoria do nível cultural e educacional da população e para o desenvolvimento da região em que se insere.
2. Para a prossecução dos seus objetivos, são atribuições da E.P.H..
 - a) Ministrar um ensino de qualidade, emitir certificados e atribuir diplomas nos termos que lhe estão ou venham a estar autorizados pela Direção Regional da Educação;
 - b) Promover e desenvolver a formação **nas dimensões** cultural, científica, técnica e profissional;
 - c) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
 - d) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, do respetivo tecido social;
 - e) Facultar aos formandos contactos com o mundo do Trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
 - f) Promover, conjuntamente, com outras instituições locais, a concentração de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
 - g) Facultar aos formandos uma sólida formação geral, científica, e tecnológica, capaz de os preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos;
 - h) Prestar serviços à comunidade no âmbito das áreas científicas e tecnológicas em que exerce a sua atividade, numa perspetiva de valorização recíproca;
 - i) Promover e dinamizar contactos a nível pedagógico, técnico, científico e cultural em e com instituições nacionais ou internacionais;
 - j) Organizar ou cooperar em actividades de extensão educativa, cultural e técnica;
 - l) Acompanhar a situação dos formandos, na sua inserção no mercado de trabalho.
3. Para a realização dos seus objetivos a E.P.H. pode estabelecer formas de colaboração, associação ou participação, ou ainda celebrar parcerias ou protocolos de cooperação com entidades públicas ou privadas.
4. A E.P.H. assegurará, na sua atividade, as condições necessárias a uma adequada inovação pedagógica, científica e tecnológica, bem como apoiará e promoverá as ações que permitam uma eficaz inserção dos seus diplomados no mercado do trabalho.

5. A E.P.H. deverá estimular o envolvimento de todos os corpos – docente, discente, técnico administrativo e auxiliar nas suas atividades.

CAPÍTULO II

Competências da Entidade Proprietária

Artigo 5º

(Competências da Entidade Proprietária)

1- Compete à Associação E.P.H., como Entidade Proprietária e de acordo com o disposto no D.L. n.º 26 /2005-A de 4 de Novembro, a prática de todos os atos que legal e estatutariamente lhe caibam, relativamente à organização e funcionamento, tendo em vista a plena realização dos fins desta.

2 - Compete à Entidade Proprietária, designadamente:

- a) Representar a E.P.H., através do Diretor Geral ou seu legal representante, junto da administração regional autónoma em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;
- b) Rever, por iniciativa própria ou por proposta pelos órgãos competentes da E.P.H. os presentes estatutos, bem como por adequação à legislação em vigor;
- c) Assegurar que os imóveis a utilizar na atividade formativa obedecem aos requisitos legalmente fixados em matéria de segurança, nomeadamente no que respeita à segurança anti-sísmica, contra incêndio e existência de plano de segurança e evacuação aprovado e testado;
- d) Acompanhar e verificar a legalidade da gestão administrativa da escola;
- e) Assegurar os recursos financeiros indispensáveis ao funcionamento da escola e proceder à sua gestão económica e financeira;
- f) Responder pela correta aplicação dos apoios financeiros concedidos;
- g) Garantir a operacionalidade dos meios administrativos e financeiros face a objetivos educativos e pedagógicos;
- h) Aprovar o Plano Anual de Actividades e apreciar o respetivo Balanço
- i) Prestar à administração regional autónoma as informações que esta solicitar;
- j) Incentivar a participação dos diferentes sectores das comunidades escolar e local na atividade da escola, de acordo com o Regulamento Interno, o Projeto Educativo e o Plano Anual de Actividades da escola;
- l) Criar e garantir as condições necessárias ao normal funcionamento da escola;
- m) Contratar, promover e dispensar o pessoal docente e não docente sob proposta do Diretor Geral, ouvida a Direção Administrativa e Financeira;

n) Representar a escola em juízo e fora dele.

3 - O exercício das competências referidas nas alíneas b), c), l) e m) do n.º 2 do presente artigo são asseguradas pelos órgãos criados para o efeito nos Estatutos da escola.

4 - A entidade proprietária, ou os órgãos a que se refere o número anterior, é responsável pelos atos praticados no exercício das suas funções.

~~5 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação deverá conferir posse ao Diretor Geral.~~

Artigo 6º

(Autonomia da E.P.H.)

1. A E.P.H. dispõe de autonomia nos domínios regulamentar, cultural, científico, tecnológico, pedagógico, administrativo e disciplinar, de acordo com o conteúdo destes Estatutos.

2. No desempenho da sua atividade, a E.P.H. está sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional da Secretaria Regional da Educação e Formação. Nas restantes áreas está submetida à Associação.

CAPÍTULO III

Estrutura Orgânica

Secção I

Disposição Geral

Artigo 7º

(Órgãos)

São Órgãos de administração e gestão da E.P.H.:

1. A nível Geral:

a) A Direção Geral

b) A Direção Técnico Pedagógica;

c) A Direção Administrativa-Financeira;

d) O Conselho Pedagógico;

e) O Conselho Consultivo;

f) O Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional

g) O Serviço de Psicologia, Aconselhamento e Orientação

2. A nível de cada Curso:

- a) O Conselho de Turma;
- b) Os Coordenadores de Curso;
- c) Os Orientadores Educativos de Turma.

Secção II

Direção Geral

Artigo 8º

(Constituição e Processo de Escolha)

1. A Direção Geral é constituída por:
 - a) Diretor Geral que é o Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta;
 - b) Pela Direção da Associação;
 - c) Pela Diretora Técnico Pedagógica;
 - d) Pelo Diretor Administrativo e Financeiro.
2. A Direção Geral poderá, sempre que necessário, convocar qualquer um dos restantes órgãos, que participarão na reunião, mas sem direito a voto.

Sub-Secção I

Artigo 9º

(Atribuições e Competências)

Compete à Direção-Geral:

- a) A gestão ordinária da Escola;
- b) Proceder à aquisição de equipamento e de bens essenciais e duradouros, necessários ao funcionamento da Escola;
- c) Desenvolver iniciativas que integrem a Escola no meio social, cultural e empresarial;
- d) Aprovar o Projeto Educativo, o Regulamento Interno, o Plano e o Balanço Anual de Atividades e as Contas de Gerência;
- e) Aprovar a oferta formativa da instituição;
- f) Definir o número de candidatos a admitir nas ações;
- g) Garantir a qualidade dos processos de funcionamento da Escola;
- h) Promover a integração e a realização pessoal e profissional dos formandos;

- i) Adotar metodologias de avaliação dos processos de funcionamento;
- j) Aprovar as propostas apresentadas pelos outros órgãos da Escola;
- l) Assegurar o exercício da ação disciplinar;
- m) Informar quaisquer entidades sobre assuntos relacionados com a Escola.

Sub-Secção II

Artigo 10º

(Funcionamento)

1. A Direção Geral reúne **mensalmente**, ficando obrigada com a assinatura do Diretor Geral, ou seu substituto, e por um dos restantes elementos que a compõem, sempre que funcione com a maioria dos seus elementos.

2. Os membros da Direção Geral poderão delegar entre si, por escrito, dentro do previsto nestes Estatutos.

Artigo 11º

(Competências do Diretor Geral)

1. São atribuídas, em particular, ao Diretor Geral as seguintes competências:

- a) Representar a E.P.H. junto da Secretaria Regional da Educação e Formação, da Entidade Proprietária, de outros organismos oficiais, de outras escolas e demais instituições culturais e tecnológicas, em todos os assuntos de natureza técnico-pedagógica;
- b) Zelar pela observância das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- c) Assegurar o despacho dos assuntos correntes;
- d) Submeter à Secretaria Regional da Educação e Formação todas as questões de natureza técnico-pedagógica que careçam de resolução pela tutela;
- e) Tomar as iniciativas de natureza técnico-pedagógica conducentes ao desenvolvimento da E.P.H. e à prossecução dos seus objetivos **aprovados pela Direção Geral**;
- f) Certificar os conhecimentos adquiridos assinando os diplomas e certificados dos formandos que a E.P.H. estiver autorizada a conceder e emitir;
- g) Conferir posse aos membros dos restantes órgãos da E.P.H.

2. O Diretor Geral será substituído nas suas ausências e impedimentos por elementos da Direção por ele designados.

Secção III

Direção Técnico-Pedagógica

Artigo 12º

(Natureza)

A Direção Técnico-Pedagógica é o órgão que define, dirige, orienta e coordena a atividade técnico-pedagógica com vista à prossecução dos objetivos da E.P.H., [respeitando as orientações da Direção Geral](#) e os princípios consagrados na legislação aplicável às escolas profissionais.

Artigo 13º

(Composição)

A Direção Técnico-Pedagógica tem a seguinte composição:

- a) O Diretor Pedagógico, que a ela presidirá;
- b) Coordenadores de Curso;
- c) Orientadores Educativos de Turma;
- d) O Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional;
- e) O Serviço de Psicologia Aconselhamento e Orientação.

Artigo 14º

(Designação)

1. Os membros da Direção Técnico-Pedagógica são designados pela Entidade Proprietária, tendo em conta a habilitação e o perfil desejáveis para o exercício dos cargos;
2. Os membros da Direção Técnico-Pedagógica são responsáveis pelos atos praticados no exercício das suas funções.

Artigo 15º

(Competências)

Compete à Direção Técnico-Pedagógica:

- a) Definir as grandes linhas de orientação a que devem obedecer as atividades técnico-pedagógicas da E.P.H.;
- b) Conceber, formular e coordenar a aplicação do Projeto Educativo sob orientação da Entidade Proprietária, adotar os métodos necessários à sua realização, assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos formandos e realizar práticas de inovação pedagógica;
- c) Coordenar e harmonizar as atividades técnico-pedagógicas da E.P.H.;

- d) Organizar e oferecer os cursos e demais atividades pedagógicas e certificar os conhecimentos adquiridos;
- e) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos, ouvida a Direção Geral e a Direção Administrativa e Financeira;
- f) Garantir a qualidade de ensino;
- g) Elaborar e, após ouvido os Conselhos Pedagógico e de Coordenadores e o Diretor Administrativo-Financeiro, submeter à apreciação da Entidade Proprietária, o Plano Anual de Atividades;
- h) Elaborar o Balanço Anual de Atividades e submetê-lo à apreciação da Entidade Proprietária;
- i) Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos formadores e formandos;
- j) Zelar pelo cumprimento do regime legal aplicável às escolas profissionais, dos presentes estatutos e regulamentos em vigor;
- l) Fixar o calendário escolar, coordenar a distribuição do serviço docente e supervisionar a elaboração de horários;
- m) Nomear e exonerar os Coordenadores de Curso e os Orientadores Educativos de Turma;
- n) Orientar tecnicamente em matéria pedagógica toda a ação do pessoal docente, assegurar a disciplina do pessoal docente, discente, técnico, administrativo e auxiliar;
- o) Fazer executar as sanções disciplinares;
- p) Promover a realização de protocolos, convénios ou outros acordos de cooperação entre a E.P.H. e outras instituições congêneres, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ouvida a Direção Geral e a Direção Administrativa e Financeira;
- q) Manter ligação com a Associação de Estudantes assegurando às suas atividades o apoio que for conveniente, tendo sempre em conta o bom entendimento que deve existir entre os órgãos de gestão e os formandos;
- r) Atribuir prémios escolares, ouvida a Direção Geral e a Direção Administrativa e Financeira, sempre que envolva atos financeiros;
- s) Executar todos os atos emanados dos restantes órgãos da E.P.H. no exercício das suas competências próprias ou delegadas;
- t) Exercer quaisquer outras atribuições conferidas por lei, pelos presentes estatutos e pelos regulamentos aplicáveis.

2. Todas as deliberações tomadas são lavradas em ata, com cópia para a Direção Geral a fim de serem ratificadas.

Artigo 16º

(Funcionamento)

1. A Direção Técnico-Pedagógica, reunirá em sessão ordinária, trimestralmente, exceto durante os períodos de férias e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Geral, por sua iniciativa, ou a requerimento do Diretor Pedagógico.
2. De todas as reuniões da Direção Técnico-Pedagógica serão lavradas atas, as quais depois de aprovadas em minuta ou no início da reunião seguinte, serão assinadas pelos participantes.
3. As deliberações da Direção Técnico-Pedagógica são tomadas por unanimidade. Se não houver consenso, deverá reunir com o órgão ao qual compete a matéria em causa.
4. O Diretor Pedagógico pode convocar para a reunião o Diretor Administrativo e Financeiro, sempre que o entenda conveniente para assegurar a necessária ligação entre os respetivos órgãos.
5. A Direção Técnico-Pedagógica pode delegar no seu Presidente as funções que considere necessárias para melhor funcionamento da E.P.H.
6. Nas suas ausências e impedimentos o Diretor Pedagógico designará quem o substituirá.

Secção IV

Direção Administrativo-Financeira

Artigo 17º

(Natureza)

A Direção Administrativo-Financeira é o órgão que assegura a gestão administrativa, financeira e patrimonial da E.P.H., com respeito pela legislação aplicável às escolas profissionais.

Artigo 18º

(Composição)

A Direção Administrativo e Financeira tem a seguinte composição:

- a) O Diretor Administrativo e Financeiro, que a ela presidirá;
- b) Dois membros da Direção da Associação, sendo um deles obrigatoriamente o Tesoureiro.

Artigo 19º

(Designação)

1. O Diretor Administrativo-Financeiro é nomeado pela Entidade Proprietária, tendo em conta a habilitação e o perfil desejáveis para o exercício dos cargos;
2. Os membros da Direção Administrativa-Financeira são responsáveis pelos atos praticados no exercício das suas funções.

Artigo 20º **(Competências)**

Compete à Direção Administrativo-Financeira:

- a) Assegurar a ligação com a Entidade Proprietária, através dos elementos eleitos;
- b) Assegurar a gestão administrativa da E.P.H., nomeadamente, conservando o registo de atos de matrícula e inscrição dos alunos, garantindo a conservação dos documentos de registo das atas de avaliação, promovendo e controlando a emissão de certificados e diplomas de aproveitamento e habilitações e ainda a qualidade dos processos e respetivos resultados;
- c) Elaborar o plano orçamental e as contas da Escola, depois de ouvidos os respectivos órgãos a que dizem respeito as despesas envolvidas, tendo de justificar as decisões tomadas;
- d) Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, dentro do orçamentado;
- e) Orientar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração;
- f) Proceder periodicamente à verificação dos fundos e fiscalizar a escrituração da tesouraria, lavrando a respetiva ata;
- g) Promover a organização e permanente atualização do inventário dos bens da E.P.H., conferindo no fim de cada ano formativo, e registado em documento próprio para o efeito;
- h) Propor à Entidade Proprietária, a admissão, promoção e dispensa do pessoal técnico-administrativo e auxiliar;
- i) Elaborar o relatório anual de gestão administrativa, financeira e patrimonial e submetê-lo à apreciação da Entidade Proprietária;
- j) Fixar os horários de trabalho e os planos de férias do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, ouvida a Direção Geral;
- l) Providenciar sobre o bom funcionamento dos serviços administrativos e financeiros;
- m) Colaborar com a Direção Técnico- Pedagógica em tudo o que for necessário para o bom funcionamento da E.P.H.;
- n) Verificar o cumprimento das obrigações profissionais do pessoal técnico-administrativo e auxiliar;
- o) Dar parecer sobre a elaboração do Plano Anual de Atividades, bem como sobre a criação e extinção de serviços de apoio;

- p) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de natureza administrativo-financeira que lhe seja submetido pela Direção Técnico-Pedagógica;
- q) Exercer as competências que lhe forem delegadas pelos órgãos de administração da Entidade Proprietária;
- r) Emitir parecer, não vinculativo, às solicitações dos diversos órgãos.

Artigo 21º

(Funcionamento)

1. A Direção Administrativo-Financeira, reunirá ordinariamente trimestralmente, exceto durante os períodos de férias e extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Diretor Geral, por sua iniciativa, ou pelo do Diretor Administrativo-Financeiro.
2. De todas as reuniões, da Direção Administrativo-Financeira serão lavradas atas e aprovadas em minuta ou no início da reunião seguinte. Serão assinadas pelos participantes, exceção feita a qualquer resolução que tenha necessidade de efeito imediato.
3. As deliberações da Direção Administrativo-Financeira são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade.
4. O Diretor Administrativo e Financeiro pode convocar os Coordenadores de Curso, os Orientadores Educativos de Turma, o Coordenador do Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional, o responsável pelo Serviço de Psicologia, Acompanhamento e Orientação ou outro pessoal técnico-administrativo, sempre que o entenda conveniente para assegurar a necessária ligação entre os respetivos órgãos.
5. A Direção Administrativo-Financeira pode delegar no seu Presidente, ou seus substitutos, as funções que considere necessárias para melhor funcionamento da E.P.H..

Secção V

Conselho Pedagógico

Artigo 22º

(Natureza)

A E.P.H. dispõe de um órgão **consultivo** em matéria pedagógica, designado por Conselho Pedagógico.

Artigo 23º

(Composição)

1. O Conselho Pedagógico tem a seguinte composição:
 - a) O Diretor Geral, que preside;
 - b) O Diretor Pedagógico;
 - c) Os Coordenadores de Curso;
 - d) Os Orientadores Educativos de Turma;
 - e) O Coordenador do Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional;
 - f) O Serviço de Psicologia Aconselhamento e Orientação;
 - g) Dois representantes dos Encarregados de Educação, eleito pelos pais e Encarregados de Educação;
 - h) Um formando representante do corpo discente da E.P.H., eleito anualmente de entre os representantes de Curso e eleito por estes.
 - i) Um representante da Associação de Estudantes.
2. Nas reuniões que sejam tratados assuntos julgados pela Direção Técnico-Pedagógica como sigilosos, apenas participam os membros docentes, pelo que deverão ser agendadas reuniões específicas.
3. Poderá participar nas reuniões do Conselho Pedagógico o Diretor Administrativo-Financeiro, quando solicitado.
4. Na ausência do Diretor Geral, o [Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta assumirá a presidência do Conselho. Na ausência do Vice-Provedor qualquer outro membro da Mesa Administrativa, nomeado pelo Provedor.](#)

Artigo 24º

(Designação)

O Conselho Pedagógico é designado anualmente pela Direção Técnico-Pedagógica e aprovado pela Direção Geral.

Artigo 25º

(Mandato)

O Mandato dos membros do Conselho Pedagógico tem a duração de um ano formativo, podendo ser renovado.

Artigo 26º
(Competências do Conselho Pedagógico)

Compete ao Conselho Pedagógico:

- a) Coadjuvar o Diretor Pedagógico;
- b) Cooperar na elaboração do projeto educativo;
- c) Dar parecer sobre as necessidades de formação do pessoal docente e não docente;
- d) Elaborar a proposta do plano anual de atividades e o respetivo relatório de execução;
- e) Apresentar e apreciar os interesses dos pais e encarregados de educação;
- f) Dar parecer sobre a organização funcional do estabelecimento;
- g) Cooperar nas ações relativas à segurança e conservação do edifício e equipamento.

Artigo 27º
(Funcionamento)

- 1 - O Conselho Pedagógico reúne, extraordinariamente, sempre que o presidente o convoque ou a maioria dos seus membros o requeira e, ordinariamente, uma vez por trimestre durante o período de atividade da Escola.
- 2 - As decisões do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.
- 3 - As reuniões do Conselho Pedagógico realizam-se sem prejuízo das atividades normais da escola.

Artigo 28º
Diretor Pedagógico
(Competências)

- 1. São atribuídas, em particular, ao Diretor Pedagógico as seguintes competências:
 - a) Garantir o bom funcionamento da E.P.H., assegurando a coordenação das competências dos seus órgãos pedagógicos e dos seus serviços e unidades de apoio, de modo a imprimir-lhes unidade, continuidade e eficiência;
 - b) Assegurar o despacho dos assuntos correntes do foro técnico-pedagógico;
 - c) Convocar e presidir às reuniões da Direção Técnico-Pedagógica;
 - d) Nomear e exonerar os Coordenadores de Curso e os Orientadores Educativos de Turma, [ouvida a Direção Geral](#).

2. O Diretor Pedagógico será substituído, nas suas ausências e impedimentos, por quem designar

Secção VI

Conselho Consultivo

Artigo 29º

(Natureza)

O Conselho Consultivo é o órgão que pela representatividade dos seus membros debate e aprecia a política de desenvolvimento da E.P.H. e procura assegurar e aprofundar a permanente ligação da Escola à dinâmica social de que deve reclamar-se.

Artigo 30º

(Composição)

1. O Conselho Consultivo integra, por inerência de funções:

- a) O Presidente da Mesa Assembleia Geral que presidirá;
- b) O Diretor Geral;
- c) O Diretor Pedagógico;
- d) O Diretor Administrativo-Financeiro;
- e) Os Orientadores Educativos dos Cursos;
- f) O Presidente da Associação de Estudantes;
- g) O Coordenador do Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional;
- h) O Serviço de Psicologia Aconselhamento e Orientação;
- i) Um representante da autarquia;
- j) Um representante do Instituto de Acção Social;
- l) Representantes do tecido comercial e empresarial;
- m) Representantes de organismos representativos das áreas profissionais ministradas na Escola.
- n) [Representantes da ou das Escolas existentes que confirmam os mesmos níveis académicos.](#)

Artigo 31º

(Mandato)

O mandato dos membros do Conselho Consultivo tem a duração de um ano formativo, podendo ser renovado.

Artigo 32º
(Competências)

Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Dar parecer sobre o Regulamento Interno;
- b) Dar parecer sobre o Projeto Educativo da E.P.H.;
- c) Dar parecer sobre a pertinência e a validade dos cursos e de outras atividades de formação;
- d) Fomentar o reforço do relacionamento e da cooperação entre a Escola e a comunidade, formulando sugestões e apresentando propostas;
- e) Dar parecer sobre assuntos que lhe sejam apresentados pelos órgãos diretivos da E.P.H..

Artigo 33º
(Funcionamento)

- 1. O Conselho Consultivo reunirá ordinariamente uma vez por ano formativo e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento dos membros constantes do nº1 do artigo 30º.
- 3. As deliberações do Conselho Consultivo são tomadas por maioria simples, dispondo o seu Presidente de voto de qualidade.
- 4. De cada reunião do Conselho Consultivo será lavrada uma ata por um Secretário eleito pelos seus membros, a qual depois de aprovada será assinada por todos os participantes.

Secção VII
Serviços Especializados de Apoio Educativo

Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional (GAFIP)

Sub-Secção I

Artigo 34º
(Natureza)

- 1. O Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional é constituído por um Coordenador nomeado pela Direção Geral, por um técnico superior habilitado ao exercício de funções de inserção profissional e elaboração de projetos de interesse para a formação profissional e por um administrativo.

2. O Coordenador é o responsável pelo funcionamento do GAFIP e responde perante a [Direção Geral](#).

Artigo 35º **(Competências)**

1. O GAFIP garante o acompanhamento dos formandos durante o seu percurso formativo bem como a inserção na vida ativa, sendo suas as seguintes atribuições e competências:

- a) Acompanhamento do processo de recrutamento e selecção dos formandos;
- b) Colaborar no processo de recrutamento e selecção de formadores;
- d) Colaborar na integração do formando na Escola;
- e) Acompanhar todo o processo da Formação em Contexto de Trabalho;
- f) Estabelecer programas e ações conducentes à articulação entre a escola e o mundo do trabalho, proporcionando a inserção dos diplomados na vida ativa.
- g) Promover a realização de projetos de interesse para a formação profissional dos formandos, tais como intercâmbios com outras escolas e entidades nacionais e estrangeiras;
- h) Efetuar o acompanhamento da inserção na vida ativa, nomeadamente, promovendo contatos por forma a responder às solicitações do mercado de trabalho e garantir uma maior facilidade na transição dos formandos da escola para a vida ativa.

2. Ao Coordenador do GAFIP cabe elaborar, anualmente, um relatório da sua actividade e entregar ao Diretor Geral.

Sub-Secção II

Serviço de Psicologia, Aconselhamento e Orientação

Artigo 36º **(Natureza)**

1. O Serviço de Psicologia, Aconselhamento e Orientação é constituído por um Psicólogo, [coordenador de serviço, proposto e aprovado pela Direção Geral e ouvida a Direção Administrativa e Financeira](#).

2. O Coordenador é o responsável pelo funcionamento do SPAO e responde perante a Direção Geral.

Artigo 37º
(Competências)

- 1 – O serviço de psicologia e orientação é um serviço especializado e rege-se pelas normas legais em vigor.
- 2 – O serviço de psicologia e orientação é assegurado por um psicólogo.
- 3 – As ações do serviço de psicologia e orientação desenvolve-se em 4 domínios:
 - a) Colaboração na seleção de candidatos aos cursos;
 - b) Apoio psico-pedagógico a formandos e à atividade dos formadores;
- 4 – São competências dos serviços de psicologia e orientação:
 - a) Contribuir para o desenvolvimento integral dos formandos e para a construção da sua identidade pessoal;
 - b) Colaborar na deteção de situações problema, avaliá-las e propor atuações adequadas, em conjunto com os formadores e outras entidades;
5. O psicólogo responsável pelo serviço de psicologia, acompanhamento e orientação deverá elaborar, anualmente, um relatório da sua actividade e entregar ao Diretor Geral.

Secção VIII
Conselho de Turma

Artigo 38º
(Natureza)

O Conselho de Turma é o órgão que estuda e debate as orientações, métodos e resultados das atividades técnico-pedagógicas do respetivo curso.

Artigo 39.º
(Composição)

1. O Conselho de Turma tem a seguinte composição:
 - a) O Diretor Pedagógico;
 - b) O Orientador Educativo da Turma, que preside;
 - c) O Coordenador de Curso;
 - d) Formadores responsáveis pelas disciplinas do respetivo curso;
 - e) O presidente pode solicitar a presença no conselho de turma de técnicos dos serviços especializados de apoio educativo, designadamente do Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional e do Serviço de Psicologia, Aconselhamento e Orientação.

Artigo 40.º
Competências

1. Compete ao Conselho de Turma:
 - a) Analisar a situação da turma e identificar características específicas dos formandos a ter em conta no processo de ensino aprendizagem;
 - b) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem, adoptando estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam a progressão dos formandos;
 - c) Promover e incentivar acções pedagógicas em complemento ao currículo proposto (visitas de estudo, estágios, intercâmbios, etc.);
 - d) Preparar informação adequada, a disponibilizar aos pais e Encarregados de Educação, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos formandos;
 - e) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que, dentro das suas competências, lhe sejam submetidas para apreciação.

Artigo 41.º
(Funcionamento)

1. O Conselho de Turma funciona em plenário ou por comissões eventuais correspondentes a áreas científicas;
2. O Conselho de Turma reunirá ordinariamente, pelo menos, três vezes em cada ano formativo e, extraordinariamente, sempre que for solicitado pelo Orientador Educativo de Turma, por sua iniciativa ou a pedido da Direção Técnico-Pedagógica ou do Diretor Administrativo-Financeiro.
3. De todas as reuniões do Conselho de Turma serão lavradas atas que, depois de devidamente aprovadas, devem ser assinadas por todos os participantes.
4. A comparência às reuniões do Conselho de Turma é obrigatória para os formadores.
5. As deliberações do Conselho de Turma serão aprovadas por maioria simples, dispondo o presidente de voto de qualidade.

Secção IX
Orientador Educativo de Turma

Artigo 42.º
(Natureza)

Os Orientadores Educativos de Turma são formadores em efetividade de funções aos quais serão atribuídas responsabilidades de gestão técnico-pedagógica no âmbito do respetivo curso.

Artigo 43º

(Designação e Destituição)

Os Orientadores Educativos de Turma serão designados e destituídos pela Direção Técnico-Pedagógica, ouvida a Direção Geral.

Artigo 44º

(Mandato)

O Mandato dos Orientadores Educativos de Turma é de um ano formativo podendo ser renovado.

O Orientador Educativo pode cessar funções em qualquer altura por decisão da Direção Geral, ou por solicitação do próprio desde que devidamente fundamentada, [ouvida a Direção Técnico-Pedagógica](#).

Artigo 45º

(Competências)

1. A intervenção dos Orientadores Educativos reveste especial importância no processo de ensino aprendizagem dos formandos e deve desenvolver-se de forma articulada a quatro níveis fundamentais:
 - a) Na relação com os formandos;
 - b) Na relação com os formadores da Turma;
 - c) Na relação com os pais / Encarregados de Educação
2. O Orientador Educativo, é particularmente responsável pela adoção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos formadores e dos pais e encarregados de educação e colaborar com estes no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.
3. Compete ainda, aos Orientadores Educativos de Turma:
 - a) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre formadores e formandos;
 - b) Coordenar, em colaboração com os formadores da turma, a adequação de actividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especialidade de cada formando;

- c) Articular as atividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
- d) Coordenar o processo de avaliação dos formandos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;
- e) Organizar a eleição do delegado e subdelegado de turma.
- f) Integrar o júri da Prova de Aptidão Profissional.
- g) Manter a Direção Técnico-Pedagógica informada sobre as actividades e situações/problemas do curso;
- h) Elaborar, anualmente, um relatório crítico das suas actividades;
- i) Submeter à Direção Técnico-Pedagógica todas as questões que careçam de resolução superior;
- j) Assegurar o cumprimento, no respetivo curso, das orientações e das normas definidas pelos órgãos de gestão da E.P.H..
- l) Colaborar com a Direção Técnico-Pedagógica e com o Coordenador do respetivo curso em tudo o que for necessário para assegurar a qualidade educativa e o aproveitamento dos formandos.

Artigo 46º

(Responsabilidade)

Os Orientadores Educativos de Turma são responsáveis perante a Direção Técnico-Pedagógica.

Secção X

Coordenadores de Curso

Artigo 47º

(Natureza)

Os Coordenadores de Curso são formadores, técnicos das respetivas áreas profissionais e constituem uma estrutura de coordenação educativa e de gestão técnico-pedagógica dos respetivos cursos.

O Coordenador de Curso é nomeado pela Direção Técnico-Pedagógica de entre os formadores das disciplinas da componente Técnica, Tecnológica e Prática que estejam contratados.

Artigo 48º
(Designação e destituição)

Os Coordenadores de Curso serão designados e destituídos pela Direção Técnico-Pedagógica.

Artigo 49.º
(Mandatos)

1. O Mandato dos Coordenadores Curso é de um ano formativo podendo ser renovado.
2. O Coordenador de Curso pode cessar funções em qualquer altura por decisão da Direção Geral, ou por solicitação do próprio desde que devidamente fundamentada, ouvida a Direção Técnico-Pedagógica.

Artigo 50º
(Competências)

Compete aos Coordenadores de Curso:

- a) Consciencializar os formandos para a importância do seu perfil profissional;
- b) Coordenar as atividades ligadas à articulação curricular e planos educativos de um curso, tendo em consideração os objetivos e perfil dos respetivos formandos;
- c) Representar o curso em todas as situações que se considere a sua presença;
- d) Promover a interdisciplinaridade;
- e) Promover e acompanhar, em articulação com o Coordenador do Gabinete de Apoio à Formação e Inserção Profissional, as atividades da Formação em Contexto de Trabalho;
- f) Promover e coordenar todos os trabalhos inerentes ao processo da Prova de Aptidão Profissional;
- g) Colaborar na inventariação das necessidades de equipamento e meios didáticos para apetrechamento dos cursos;
- h) Organizar o *dossier* da Formação em Contexto de Trabalho de modo funcional e atualizado.
- i) Integrar o júri da Prova de Aptidão Profissional.

Capítulo IV

Artigo 51º
(Disposições Financeiras)

O financiamento dos cursos será assegurado através de:

- a) Candidaturas próprias ao Fundo Social Europeu, estando as mesmas sujeitas ao disposto na legislação F.S.E., através do Despacho Normativo n.º 8/2008, de 12 de Fevereiro;
- b) Os subsídios e subvenções, participações, doações e legados aceites a benefício de inventário;
- c) Quaisquer outras receitas que lhe sejam consignadas.
- d) Entidade Proprietária.

Artigo 52º

(Gestão)

1. No que se refere à gestão, a E.P.H. seguirá o Plano Oficial de Contabilidade e a Contabilidade Analítica inerente a cada uma das ações, com Centro de Custos inserido na respetiva candidatura;
2. De forma a aferir as despesas elegíveis, existirão os seguintes critérios:
 - a) No final de cada ação haverá um apuramento das despesas elegíveis, tendo em conta a natureza, a legalidade, o pagamento e o montante das despesas;
 - b) Para controlo da execução física das ações, serão criados e mantidos atualizados *dossiers* Técnico-Pedagógicos.

Capítulo V

Artigo 53º

(Disposições Finais)

1. O mandato dos membros da Direção Geral e Direção Administrativa e Financeira, eleitos para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Horta e para a Direção da Entidade Proprietária é de 4 anos;
2. Os membros da Direção Geral e Direção Administrativa e Financeira, eleitos para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Horta e para a Direção da Entidade Proprietária assumem funções com a tomada de posse que se realiza após as eleições quadrianuais para os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia e Associação EPH.
3. O mandato dos restantes membros da Direção Geral (Direção Administrativa e Financeira e Direção Técnico-Pedagógica) tem a duração de um ano formativo, renovável, obrigando-se às decisões que decorrem no respetivo ano;

4. Todas as matérias respeitantes ao funcionamento interno da Escola, bem como as áreas e perfis de formação e regime de acesso constarão do Regulamento Interno da Escola, serão aprovados pelos respetivos órgãos e ratificados pela Direção Geral.

Artigo 54º

(Casos Omissos)

O suprimimento de todas as dúvidas e omissões é da responsabilidade da Direção-Geral, aplicando sempre a lei em vigor sobre a matéria.

Todas as matérias respeitantes ao funcionamento interno da Escola, bem como as áreas e perfis de formação e regime de acesso constarão do Regulamento Interno da Escola.

Aprovado em sessão da Assembleia Geral realizada a 29 de novembro de 2018



GOVERNO
DOS AÇORES



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu